

## ASSOCIAÇÕES DE MULHERES: A RESISTÊNCIA FEMININA NOS ASSENTAMENTOS RURAIS

*Women associations: the feminine endurance in the rural settlements*

Cecília Carolina de Freitas<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este artigo analisa a participação da mulher na luta pela terra, destacando a redefinição de seu espaço e o seu papel na sociedade. As reflexões aqui apresentadas fundamentam-se em ações desenvolvidas por pesquisadores da Universidade Federal de Uberlândia no Programa de Apoio Científico e Tecnológico aos Assentamentos de Reforma Agrária (PACTO) do Triângulo Mineiro. O trabalho desenvolvido por esse grupo de pesquisadores foi desenvolvido em perspectivas multidisciplinar e interinstitucional, estabelecendo conexões entre as áreas de Educação, Saúde e Produção, por meio das diferentes ações que se efetivaram no interior dos assentamentos. Entre as ações previstas pela área da educação, desenvolveu-se a pesquisa Trabalho, família e educação: história das mulheres nos assentamentos de Uberlândia e Araguari-MG, cujo objetivo foi identificar os significados dos saberes construídos pelas mulheres na luta pelo direito à terra, pois, nesta luta, o papel e as experiências da mulher camponesa, em geral, são preteridos e esquecidos. Acreditamos que, ao recuperar a história das mulheres assentadas, contribuimos significativamente para valorizar a organização feminina – Associações de Mulheres – e o trabalho por elas realizado. Assim, pudemos compreender os fatos e conexões referentes à história da luta pela terra e às práticas educativas relativas ao movimento camponês, bem como abrimos espaços de expressão para retirar do silêncio o trabalho e os saberes femininos.

**UNITERMOS:** Mulheres. Terra. Luta. Autonomia. Trabalho.

**ABSTRACT:** This article analyses the women participation when fighting for land, highlighting the re-definition of their space and role in the society. The reflexions here presented are based in actions developed by the Universidade Federal de Uberlândia-(MG-BRAZIL) researchers in the Programa de Apoio Científico e Tecnológico aos Assentamentos de Reforma Agrária (PACTO, in Portuguese) - Scientific and Technological Support Program of the Agrarian Reform Settlements – in Triângulo Mineiro. The work developed by this team of researchers was subsidized into a multi subject and inter institutional perspectives establishing connections between Education, Health and Production areas by means of different actions effected into the land settlements among the foreseen actions by the Educational area, the research Work, Family and Rducation was developed: women history in Uberlândia and

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Pedagogia - Núcleo de políticas e gestão da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia.

Araguari (MG-BRAZIL) land settlements aiming to identify the meanings of the know-how achieved by the women when fighting for the land, because in this struggle, the role and the experiences of the country women are generally neglected and forgotten. We really believe that recovering the history of the land settled women we have significantly contributed to value the women organization – Women Associations – and the work performed by them. This way, we could understand the facts and the connections concerning to the fighting history for land and to education practices regarding the country action as well as we have also opened expression spaces to remove the feminine work and knowledge from silence.

**KEY-WORDS:** Women. Land. Fight. Autonomy. Work.

A luta pela terra vale a pena, mas só se consegue chegar lá se tiver força de vontade. Para as mulheres que acreditam, eu acho que mudou muita coisa para melhor. Com o passar do tempo a visão de mundo muda. Mas, se eu pudesse alterar alguma coisa seria conseguir mais verbas para projetos envolvendo as mulheres, para a gente estar trabalhando mais. A gente trabalha muito, mas o resultado ainda é pouco... Queremos mais! (Coordenadora da Associação das Mulheres/AMARP, Rio das Pedras, 2006).

Mulheres e homens têm buscado alternativas de trabalho e renda num contexto brasileiro de precariedade e exclusão social. Lutam por espaços, lutam pela terra. Lutam pela sobrevivência e dignidade! Essa luta se traduz nas experiências cotidianas e produz saberes que, em geral, são preteridos e esquecidos. Identificar os saberes construídos pelas mulheres na luta pelo direito à terra fez parte dos objetivos da pesquisa Trabalho, família e educação: história das mulheres nos assentamentos de Uberlândia e Araguari – MG.

Este artigo analisa a participação da mulher na luta pela terra, destacando a redefinição de seu espaço e de seu papel na sociedade. As reflexões aqui apresentadas fundamentam-se em ações desenvolvidas por pesquisadores e alunos da Universidade Federal de Uberlândia, no Programa de Apoio Científico e Tecnológico aos Assentamentos de Reforma Agrária<sup>2</sup> (PACTO) do Triângulo Mineiro, priorizando a dimensão multidisciplinar dos projetos de pesquisa e a interinstitucionalidade<sup>3</sup>. Os diversos projetos enfatizaram, principalmente, a co-participação entre diferentes sujeitos – professores pesquisadores, alunos bolsistas e assentados – seja na elaboração de diagnósticos e pesquisas básicas, seja na elaboração de propostas de intervenção.

A principal característica do Programa PACTO foi a pesquisa articulada à extensão e à

coleta de dados. As análises subseqüentes e as formas de intervenção foram desenvolvidas a partir dos pressupostos da pesquisa-ação e da etnografia. Os principais procedimentos metodológicos que referenciaram as propostas de pesquisa foram pautados na pesquisa-ação, ou pesquisa participante, e na pesquisa do tipo etnográfico. Segundo Thiollent (1986, p. 14), a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica, que é concebida e realizada em estreita associação com a resolução de um problema coletivo e nela os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

Esse tipo de pesquisa propõe um intenso envolvimento do grupo pesquisado nas diversas fases da pesquisa, bem como uma restituição sistemática dos conhecimentos da pesquisa aos pesquisados e um processo coletivo da avaliação dos resultados para transformá-los em ações concretas. De acordo com André (1991), a pesquisa do tipo etnográfico se caracteriza pelo contato direto e prolongado do pesquisador com a situação e com as pessoas ou grupos selecionados. A autora alerta, ainda, que a intensidade do envolvimento poderá variar ao longo do processo de coleta, dependendo das exigências e especificidade do próprio trabalho de campo. Nessa linha de pesquisa indicada, tornou-se necessária a obtenção de uma grande quantidade de dados descritivos. Para tanto, recorreremos à observação, com o objetivo de acumular descrições dos locais, pessoas, ações, interações, fatos, formas de linguagem e outras expressões para estruturar o quadro configurativo da realidade estudada, em função do qual desenvolvemos nossas análises e as formas de intervenção, como sinaliza a perspectiva da pesquisa-ação. Uma outra dimensão que compõe a pesquisa de tipo etnográfico é a história de cada sujeito, a qual é manifestada no seu cotidiano pelas suas formas concretas de representação social, através das quais ele age e se posiciona. A dimensão subjetiva dos indivíduos numa dada posição socializadora é fundamental para se verificar como se concretizam no dia-a-dia os valores, símbolos e significados construídos pelo grupo.

André (1991) enfatiza ainda que, nessa perspectiva metodológica de pesquisa, é necessário transcender o nível micro, acompanhando os diversos fios que o vinculam às estruturas macrossociais, com o cuidado de não cair no outro extremo, ou seja, querer analisar uma realidade particular como uma totalidade social, isto é, como uma situação que se esgote em si mesma. A autora defende a possibilidade de a realidade ser vista sob diferentes prismas, tentando refletir sobre a diversidade de perspectivas. Isso poderia ocorrer por um processo

---

<sup>2</sup> O Programa PACTO elegeu quatro assentamentos na região do Triângulo Mineiro para desenvolver suas ações, a saber: Rio das Pedras e Zumbi dos Palmares, na região de Uberlândia e Bom Jardim e Ezequias dos Reis, na região de Araguari. A pesquisa teve início em outubro de 2003 e terminou em maio de 2006.

<sup>3</sup> Participaram de forma direta ou indireta no desenvolvimento das pesquisas e ações de intervenção as prefeituras municipais de Uberlândia e Araguari (MG); sindicatos de movimentos de luta pela terra; pastorais; associações não-governamentais; entre outras instituições e entidades.

coletivo de trabalho de forma interdisciplinar, assim, “o envolvimento de um grupo de pesquisadores no estudo de temas geralmente passíveis de enfoques divergentes pode ser extremamente benéfico no caminhar teórico-metodológico que se empreende atualmente na área educacional” (ANDRÉ, 1991).

O contato freqüente com a comunidade dos assentamentos possibilitou o estreitamento de vínculos com alunos e professores, assim como forneceu vasta documentação escrita, fotográfica e oral e o registro, através de filmagens, de diversos momentos do cotidiano feminino nos assentamentos. Com idas a campo semanalmente, foram feitos registros gravados de falas das mulheres, atividades expositivas e dinâmicas em grupo com alguns recursos levados da universidade: folhas, canetinhas, bexigas, cordões, músicas, filmes, clipes, documentários, etc. No que se refere ao processo de organização das mulheres assentadas, optou-se, em um primeiro momento, pela identificação e descrição das organizações femininas nos assentamentos informais ou institucionalizados. Os dados revelaram que existiam, na ocasião da pesquisa, três associações de mulheres<sup>4</sup> naqueles assentamentos que se encontravam juridicamente personificadas, sendo que a Associação de Mulheres do Assentamento Bom Jardim ainda estava em fase de constituição legal.

Com a intervenção da pesquisa, pôde-se verificar que em muitos casos as associações fortaleceram e até retomaram sua força política, criando ou recuperando os espaços de reuniões mensais, que em algumas associações de mulheres já não ocorriam. Já nessas retomadas e nos primeiros trabalhos coletivos, foi possível ouvir delas uma avaliação positiva na perspectiva desse trabalho ser concretamente utilizado como fonte das novas expectativas, sonhos, aspirações e projetos coletivos, ao contrário de outros que geralmente elaboram projetos irrealizáveis e que desembocam nas frustrações decorrentes da sua falta de implementação. Elas também já se mostraram, nas primeiras reuniões, significativamente atendidas com relação às suas angústias pessoais, que se traduziam basicamente na falta de perspectiva em relação a seu próprio trabalho.

As atividades culturais e de produção coletiva realizadas (inicialmente com cursos de capacitação técnica e depois cursos sobre associativismo e cooperativismo) mostraram também que *cultura é trabalho* e que a produção feminina no campo deve ser catalisada pelos saberes que elas já possuem e pela história de vida de cada moradora. A mulher que luta pelo direito à terra, luta por sua dignidade, reelabora também o papel de mulheres e homens na

---

<sup>4</sup> Existiam duas associações de mulheres nos assentamentos de Araguari: AMAER, no Assentamento Ezequias dos Reis, e AMBJ, no Assentamento Bom Jardim, mas apenas a Associação do Assentamento Ezequias dos Reis estava oficialmente legalizada. Em Uberlândia, legalizada havia somente uma associação de mulheres no Assentamento Rio das Pedras – AMARP.

sociedade. Nessa perspectiva, somente valorizando os saberes e o trabalho das mulheres no campo é que elas passam a ser compreendidas como sujeitos imprescindíveis no processo de desenvolvimento de cada assentamento.

## Resultados

A partir das atividades desenvolvidas com as mulheres dos quatro assentamentos, elas puderam depreender que somente pelo trabalho coletivo e organizado poderiam romper com o isolamento. Deixar isso claro para o grupo foi fundamental para que elas se concentrassem no exercício de construção de sua autonomia e compreendessem que, de fato, só dependiam mesmo da própria ação, de um ponto de partida que, para esse caso, foi a associação, como um espaço rico, concreto e fundamental para ser explorado.

A cada encontro com as mulheres nos assentamentos fortalecia-se, em suas narrativas, a importância do grupo. O *nós*, sempre presente, sobrepôs-se ao *eu*, tanto nas ações nas associações femininas quanto nas associações gerais, tendo em vista o bem-estar comum. As lembranças dos primeiros momentos de acampamento emergiram e trouxeram novas reflexões. A luta pela terra contribuiu para isso, conforme as palavras de uma moradora do Assentamento Rio das Pedras:

A luta foi muito importante para me quebrantar! O tal de dividir foi essencial, dividir um quadro de sabão, dividir o óleo, arroz... e no final das contas, ninguém passava fome. Nas conversas com as comadres elas diziam que nós tínhamos que dividir as tarefas. Nós não sabíamos o que era dividir as tarefas. Nós achávamos que era entre nós, as mulheres. Em vez, não! É com a família! A gente aprendeu no acampamento, porque isso nós não aprendemos nunca lá fora.

A mulher entra na vida pública, mas não abandona, mesmo na luta, o espaço privado, pois ela ainda continua sendo a responsável pela vida do lar, o que leva à manutenção e reprodução das relações familiares já estabelecidas. Apesar de serem mantidas muitas das antigas relações entre homens e mulheres, trazidas da experiência anterior à luta, a vivência de novas relações no espaço da luta deixa suas marcas, as quais ficam na memória enquanto significações e podem ser mantidas ou recobradas em situações concomitantes ou posteriores (MELO, 2001).

Dessa forma, a organização desse trabalho é um fator determinante para a concretização de novas experiências, projetos e vontades, que vão desde o sonho individual de cada trabalhadora

até os projetos coletivos organizados a partir das associações de mulheres existentes na maioria daqueles assentamentos.

## **Discussão**

Os embates sociais que tiveram emergência, principalmente no século XX, não podem ser considerados sem se fazer menção à diversidade de realidades, das quais se destacam as transformações na agricultura e as respectivas formas de organização e luta dos trabalhadores rurais diante destas transformações. A luta pela terra no Brasil possui suas bases fundadas no questionamento do modelo expropriador e excludente impresso secularmente no latifúndio e nos setores modernizados (mecanizados) e agro-exportador. Mesmo com o passar dos tempos, esse modelo de propriedade permanece, perpetuando seu legado de exclusão social. Os latifúndios, marca da elite ruralista brasileira, expressam o interesse na ampliação do capital e, para tanto, articulam, de forma combinada, a expropriação e a exclusão. À medida que o capital se desenvolve no campo, sua tendência é apoderar-se dos meios de produção, tirando dos trabalhadores seus recursos e instrumentos de trabalho. Assim, pequenos agricultores ou foram expropriados de suas terras ou tiveram de se submeter ao trabalho assalariado ou ao sistema de parceria, entre outras formas de arrendamento, para garantir sua sobrevivência.

A reforma agrária no Brasil, efetivamente, ainda não atingiu seu patamar mais adequado rumo a uma efetiva justiça social. Isso porque essa justiça requer, também, a democratização do acesso e direito à propriedade da terra, pois a história da luta pela terra foi e ainda está escrita em muitas lápides. Essa história, para ser mudada, necessita de um maior avanço no processo de distribuição e socialização da propriedade, na perspectiva de atender as demandas sociais e as reivindicações dos movimentos sociais de luta pela terra. Esses exercem uma forte intervenção nesse processo, pois representam um legítimo sinalizador das terras improdutivas mediante os processos de ocupações, e também porque demonstram um forte poder de organização da grande parcela da sociedade insatisfeita com os rumos que até então a reforma agrária vem tomando (ou nunca tomou!) no Brasil. Apesar das tentativas de resistência à emergência dos grandes latifundiários, o cenário rural brasileiro revela uma conjuntura de desigualdade, expropriação e exploração, que privou do trabalho homens e mulheres no campo, comprometendo sua sobrevivência, sua dignidade e identidade. Desta dinâmica social excludente surgiram as lutas sociais, desencadeadas, principalmente, nas últimas décadas.

O campo social brasileiro é atualmente marcado pela disparidade econômica e exclusão

social, por isso mulheres e homens têm buscado alternativas de trabalho, lutando por sobrevivência e dignidade. A luta é gerada em torno da existência de uma identidade social, uma situação de vida que é comum aos trabalhadores expropriados de suas ferramentas, condições e espaços de trabalho. É a condição exclusão que os faz se reconhecerem como atores de uma mesma realidade e de um mesmo passado, forjando na luta a tentativa de tornar possível o resgate de suas raízes e tornar real o seu sonho de uma vida mais digna. Lutam por espaços na cidade e no campo. O movimento de luta pela terra é uma das expressões sociais que conclama homens e mulheres, vindos de muitos lugares, despertos de seus casulos, que se reconheceram enquanto integrantes de uma luta singular e engajados na busca por um futuro mais digno. Ao se tornarem plurais, modificam a sua trajetória e a da sociedade e deixam suas marcas para a história. Nesse sentido, o processo de luta pela conquista da terra é compreendido como um espaço fecundo de recriação sócio-cultural, onde as práticas cotidianas vividas pelo campesinato são (re)elaboradas em função das condições objetivas e subjetivas que essas lutas engendram.

A vivência da ocupação da terra e da organização de um acampamento, formado por trabalhadores sem terra com distintas trajetórias de vida e uma história perpassada por diferentes formas de exclusão social, política, econômica e cultural, cria para eles uma identidade, articulando-os em torno de um objetivo comum - a conquista da terra.

Os assentamentos rurais também fazem parte da realidade do campo educacional brasileiro, não podendo ser compreendidos apenas como resultado dos processos políticos que os conformaram a partir de ocupações e resistências, entre outras formas de luta. A sua configuração interna, assim como as relações que estabelecem com a sociedade como um todo, e as diversas instâncias que intervêm nessas localidades estão em constante processo de construção e reconstrução. Nessa luta, a mulher torna-se agente histórico fundamental, quer seja pelo enfrentamento da situação dada pela ocupação, quer seja pelas relações que reconstrói com sua presença ativa na luta. A participação das mulheres nos movimentos sociais desperta questionamentos, sobretudo com relação a sua posição política nestes contextos. Essa luta se traduz nas experiências cotidianas e produz saberes que, em geral, são preteridos e esquecidos, abrindo, dessa forma, espaço para interrogações, que são trazidas à tona envolvendo aspectos tais como a posição assumida pelas mulheres nas lutas políticas e sociais, como elas são encaradas enquanto agentes políticos possuidores de autonomia e vontade e em que grau acontece a sua participação no gerenciamento das decisões nesses cenários de lutas.

Desde o início desta pesquisa, já nas primeiras experiências nos assentamentos, foi possível

identificar que a mulher atua tanto no âmbito da família quanto do trabalho no campo. A mulher que trabalha é a mesma que educa, na medida em que a educação está pautada na produção e no cotidiano local, portanto, educação é trabalho. Essa proposta de intervenção no processo de formação e organização feminina incluiu também a discussão das relações sociais de gênero em sociedade de classes nas condições objetivas e concretas da atualidade, considerando que estas relações são vivas e dinâmicas e sofrem mudanças na sociedade e no tempo. Foram verificados processos de discriminação e restrição ao espaço de trabalho da mulher camponesa, pois ainda prevalece a lógica masculina que considera o trabalho da mulher como inferior e de menor importância e valor. O trabalho doméstico que a mulher realiza, como fazer a comida, lavar a roupa, cuidar dos filhos, não é considerado como “trabalho”. Ela simplesmente realiza tarefas domésticas para fazer jus ao seu papel de mulher. No espaço compreendido pela família, a mulher encontra muitos obstáculos à sua inserção na luta de forma ampliada. O fato de deixar a casa, os afazeres domésticos (que são atividades desempenhadas pelas mulheres) e os filhos (cujo cuidado está sob a responsabilidade da mulher) não é bem visto pelos seus respectivos companheiros, que impedem a sua saída e participação em eventos, reuniões e demais atos promovidos não somente pelo coletivo, mas pelo movimento como um todo.

A participação das mulheres na luta pela terra teve seu aspecto positivo quando elas conseguiram sair do domínio privado, onde não tinham voz e não realizavam seus anseios dentro de casa. Entretanto, apesar da efetiva participação feminina, a história oficial do movimento de luta pela terra tem sido protagonizada por homens. Estudos de pesquisadores como Caldart (1996), Gohn, (1997), Damasceno (1995), Melo (2001), Nobre (1998) e Perrot (1989) indicam que, em geral, as “tradicionais” relações de dominação e subordinação que marcam o relacionamento entre homens e mulheres são exacerbadas logo após a posse da terra. Esse processo pode ser chamado de “enquadramento da memória” (POLLACK, 1987). O enquadramento da memória das mulheres assentadas estudadas pode ser explicado a partir de duas abordagens principais: uma, de orientação biológica, explica a subordinação feminina pela ótica do “sexo frágil”, legitimando a “supremacia” masculina como se fosse inerente à própria “natureza humana”. Entretanto, verificou-se que, à medida em que as memórias femininas emergiam do silenciamento e eram compartilhadas nos grupos femininos, contribuía significativamente para fortalecer a organização feminina e lhes assegurava a possibilidade de uma efetiva participação nas decisões de interesse doméstico, profissional, educativo e, também, nas decisões, nas ações coletivas dos assentamentos. Isso significa que lembrar não é apenas falar da vida e de sua perpetuação através da história, mas é também falar do seu reverso, dos esquecimentos, dos silêncios e, ainda, da permanência das memórias

subterrâneas entre o esquecimento e a memória social.

## CONCLUSÃO

Em um contexto brasileiro de precariedade e exclusão social, mulheres e homens têm buscado alternativas de trabalho, renda. A mulher tem buscado também sua autonomia, a voz ativa nas comunidades nas quais estão inseridas. Quando a mulher se insere na luta política, passa a possuir uma consciência de classe e assume uma “identidade”, ou seja, a idéia de pertencimento a um grupo que compartilha dos mesmos valores, símbolos, discursos, etc. Nas comunidades onde existe um nível significativo de organização das mulheres, há um fortalecimento da organização e um maior desenvolvimento da comunidade como um todo. Isso foi evidenciado ao verificar que o público masculino predomina em termos quantitativos nos quatro assentamentos de Uberlândia e Araguari. Mesmo assim, as mulheres que realizam trabalhos coletivos nesses locais, sobretudo pelas associações de mulheres criadas, tornam-se referência em toda localidade e, com efeito, contribuem bastante para o desenvolvimento de sua comunidade. Não obstante tais evidências, o trabalho destaca que as desigualdades de gênero, no geral, têm ainda revelado fortes tendências que impactam em sentido contrário aos aspectos de conquista, avanço e valorização do trabalho feminino no campo.

Para resistir a essa lógica excludente, a organização feminina é uma oportunidade que as mulheres têm de mudar o seu contexto através de práticas educativas informais. Os assentamentos são espaços que têm histórias de luta e exigem direitos, respeito e igualdade de responsabilidade com relação à comunidade de assentados e suas famílias. Esses devem ser princípios ensinados para as crianças desde cedo, para que haja uma transformação da realidade conhecida. Assim, as Associações das Mulheres são espaços ricos e podem potencializar o debate de gênero em busca de direitos e deveres justos perante uma conjuntura em que as mulheres são historicamente inferiorizadas na sociedade.

Foram várias as ações do Programa PACTO para mobilizar o grupo de mulheres assentadas a constituírem associações, porém somente em dois assentamentos as mulheres conseguiram legitimar suas associações – Ezequias dos Reis, em Araguari, e Rio das Pedras, em Uberlândia. No assentamento Zumbi dos Palmares, as mulheres sequer participam da Associação Geral. No assentamento Bom Jardim, as mulheres fizeram várias tentativas para se organizarem, mas até o momento não conseguiram. As justificativas são as mais variadas – “meu marido não gosta dessas coisas”; “tenho que ajudar na lavoura”; “não tenho tempo”; “não gosto da fulana”; “não sou desse sindicato”, entre outras – e corroboram o discurso masculino

secularmente excludente e marginalizante, que se reproduz em meio à luta para superar tal lógica. Apesar de essa situação ser paradoxal, ainda prevalece o discurso oficial.

Nessa perspectiva, para romper a secular confinção feminina à esfera doméstica, avalia-se que as associações femininas nos assentamentos rurais (e para além deles) são espaços efetivos de recriação da realidade social e possibilitam às mulheres terem não apenas um lugar na história familiar, mas, sobretudo, papel importante na produção de novos conhecimentos, pois, quando a mulher se insere na luta política e passa a ter consciência de classe, assume uma “identidade”, ou seja, a idéia de pertencimento a um grupo que compartilha dos mesmos valores, símbolos, discursos. Dessa forma, incentivar a atuação da mulher fora do espaço doméstico é essencial, pois assim ela aprende, a partir da vivência em outros espaços, a pensar e viver questões para além do cotidiano e do doméstico, ressignificando sua presença no mundo, na história e na luta pela terra.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRÉ, Marli (org.). **O Papel da Pesquisa na Formação e na prática dos Professores**. Campinas: Papyrus, 2001 (Série prática pedagógica).

BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: lembrança de velhos. São Paulo: TA Queiróz/EDUSP, 1983.

CAMARANO, Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil**: um panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: Ipea, 1999. (Textos para discussão, n. 612).

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**. São Paulo, v.17, n.49, set./dez., 2003

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

GOHN, Maria da Glória. **Os Sem-Terra, ONGs e Cidadania**. São Paulo: Cortez, 1997.

JOSSO, Marie-Christine. **Experiências de Vida e Formação**. Tradução José Claudino e Júlia Ferreira. São Paulo: Cortez, 2004, p. 1-285.

LE GOFF, Jaques. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 1992.

LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre. **Corpo Gênero e Sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis: Vozes, 2003.

MEIHY, J.C.S.B. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola, 1998.

MELO, Denise. **A construção da subjetividade de mulheres assentadas pelo MST**. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001 (mimeo.).  
NOBRE, Miriam da S.P.; SILVA, Nalu F. O que é ser mulher? O que é ser homem? Subsídios para uma discussão das relações de gênero. In: **Coletivo Nacional de Mulheres MST. Compreender e construir novas relações de gênero**. São Paulo: Peres, 1998.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

POLLACK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1989, p. 3-15.

PROGRAMA DE APOIO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO AOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA (PACTO). **Relatório Técnico Anual**: CNPq, 2005.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.